

ÉTICA E POLÍTICA: UMA NOTA APRESSADA*

José Luís Fiori
UFRJ

O domínio universal da absoluta inescrupulosidade na utilização de interesses egoístas para a obtenção de dinheiro tem sido uma característica específica precisamente daqueles países cujo desenvolvimento capitalista-burguês, medido segundo padrões ocidentais, permaneceu 'atrasado'.

Max Weber

1. Posto diante do tema da existência de uma "crise ética" na prática política contemporânea da sociedade brasileira, Wanderley Guilherme dos Santos desenvolve em sua comunicação a hipótese de que ela é geograficamente inespecífica, transcendendo nossa realidade local e ancorando suas raízes mais amplas e universais no descumprimento definitivo pelo projeto liberal-capitalista de seu objetivo/utopia central, pedra angular de sua ética política: a universalização da propriedade. Erode-se o fundamento ético da ordem capitalista à medida que se acentua a consciência da impossibilidade de universalizar o acesso à riqueza — na forma dos "bens oligárquicos", tanto quanto dos "bens democráticos" — pela via da maximização de um comportamento egouitilário, individual ou corporativo. Por isto, avança Wanderley G. dos Santos, é a própria lógica entrópica da ética utilitária que anuncia, hoje, a provável estreiteza

* Estas anotações são efetivamente apressadas. Reunem os comentários que desenvolvemos a partir da comunicação do Prof. Wanderley Guilherme dos Santos, *Poder, Propriedade, Ética*, apresentada no seminário sobre "Ética e Política: A Praxis Política na Sociedade Brasileira", promovido pelo Centro João XXIII de Investigação e Ação Social e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), e realizado em Teresópolis, entre 24 e 27 de agosto de 1989. Foram pensadas sob o impacto da comunicação e ao sabor da discussão que se lhe seguiu. Por isso, mesmo que depois reorganizadas, guardam uma forma ainda polêmica e imprecisa.

do tempo histórico do capitalismo. E isto porque a ineficácia universalizante do mercado vai acompanhada de uma politização crescente do acesso à propriedade, o que destrói a última possibilidade de uma ética solidária na condução política dos Estados capitalistas contemporâneos.

Donde sua conclusão: dada a incompatibilidade do capitalismo com a ética não-utilitária, o próprio utilitarismo destruirá a ordem capitalista, e a ética só se reencontrará com a política quando o poder for socializado e "os seres humanos possam decidir sobre perfis distintos de distribuição da propriedade...".

2. Independente de uma melhor demonstração de sua hipótese sobre o fim do capitalismo, e da viabilidade de sua utopia socializante, Wanderley Guilherme dos Santos avança elementos que nos incitam a uma rediscussão das relações entre a ética e a política, em sua longa e conflitiva trajetória através da modernidade pós-maquievélica.

Para avançar nesta discussão, longe de um debate filosófico ou ideológico sobre os fundamentos universais de uma boa ética, mantendo-nos no plano da política como ciência, impõem-se algumas delimitações preliminares, mesmo quando ligeiras.

Em primeiro lugar, parece-nos útil distinguir entre os planos da ética individual e da ética de grupos, ou numa linguagem weberiana, entre uma "ética de convicção" e uma "ética de responsabilidade", incluindo-se, neste segundo plano, não só as ações fundadas nas razões de Estado, bem como aquelas levadas a cabo em nome de grupos ou subgrupos, partidos, classes, corporações, entre outros. Planos, éticas e comportamentos raramente coadunáveis, implícitos no conflito secular entre a moral e a política. Menos importante, mas talvez útil para pensar situações concretas, próximas à nossa reflexão, é ainda a distinção entre ações privadas de indivíduos "públicos" e ações destes mesmos indivíduos, enquanto representantes de grupos ou sociedades, isto é, enquanto políticos.

Em segundo lugar, deve-se ter presente o diferenciado elenco de concepções e prática utilitárias cabíveis no espaço-tempo intelectual e histórico que vai de Bentham e Mill até um Rawls, por exemplo. Mas, sobretudo, não se pode desconhecer que ao extremo do utilitarismo individualista e hedonístico é possível contrapor várias versões utilitárias "corrigidas" por transcendências religiosas ou ideológicas.

Por fim, é imprescindível sublinhar o fato de que foram, e ainda são, várias as éticas que organizaram a vida individual e a prática política das sociedades capitalistas que se constituíram a partir do séc. XVI. Sendo que, nem sempre, nestas sociedades as éticas individuais e grupais tiveram a mesma fundamentação ou se casaram de forma virtuosa, apesar de que só quando o fizeram, em nossa opinião, foi possível reconhecer e sancionar um comportamento "ético" no plano político. Apenas aí lograram as várias sociedades somar o rigor na sanção à imoralidade individual ao rigor no controle da ética grupal ou pública.

3. Esta particular convergência parece-nos haver assentado sua excepcionalidade em alguns supostos históricos e sociológicos não-generalizáveis:

- i) a existência cultural de algum discurso religioso ou ideológico, suficientemente hegemônico para assegurar o auto-controle dos indivíduos em suas vidas privadas e/ou públicas;
- ii) a supremacia incontestada de um projeto coletivo para a "polis", amplamente sustentado pelo acordo das elites e pela lealdade do povo, e, por isto, capaz de definir valores imperativos no uso do poder e no controle permanente de seus desvios;
- iii) a convergência e complementaridade, num mesmo tempo e num mesmo espaço dos dois códigos morais, qualquer que fosse a sua fundamentação filosófico-doutrinária.

4. Max Weber retratou como tipo social, ou como feliz percepção de uma certa época do desenvolvimento capitalista, o que teria sido uma das realizações perfeitas do que acabamos de dizer: a convergência germinal entre o protestantismo (enquanto ética individual ou de convicção) e o espírito do capitalismo (enquanto fundamento da ética de grupo ou de responsabilidade).

Mas sobretudo, como é sabido, Weber percebeu a verdadeira importância e o lugar da ascese individual, ainda quando utilitária, na constituição do espírito capitalista. Condensou, assim, na forma mais sintética e brilhante, o paradoxo ético capaz de viabilizar o capitalismo: "Esse ascetismo secular do protestantismo opunha-se, assim, poderosamente ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro com o que não apenas a legalizou, como também a considerou como diretamente desejada por

Deus. A luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais era não uma campanha contra o enriquecimento, mas contra o uso irracional da riqueza" (M. Weber, 1985, p.122).**

O comportamento utilitário e maximizante, no nível do mercado, aparece necessário e estritamente moral, desde quando submetido ou regulado por objetivos (no caso religioso) que transcendem e independem do próprio mercado. Neste ponto, aliás, o realismo de Weber parece aproximá-lo de Maquiavel, quando afirma que "consciente de estar na plena graça de Deus, e sob a sua visível benção, o empreendedor burguês, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários, e assim devia proceder". Sendo que "o poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranquilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que, com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem" (Idem p. 127).

Genial, Weber captou o caráter propulsor do aparente paradoxo. Para ele maximização utilitária e autocontenção não eram necessariamente excludentes e continham em sua contradição uma força germinal decisiva para o que chamou de "época heróica do capitalismo" (Idem, p.119). No coração do paradoxo, sua hipótese clássica: a ação decisiva, para a auto-contenção ascética dos indivíduos e de certos grupos — trabalhadores e empresários — das várias religiões "puritanas", constituídas a partir do movimento da Reforma.

5. Aqui, talvez seja útil uma breve releitura de alguns aspectos geralmente pouco destacados da argumentação da *Ética Protestante*. Ainda que lhe dê menos relevo, Weber não desconhece o recorte nacional das novas religiões, e portanto seu íntimo parentesco com os processos simultâneos de afirmação dos novos Estados e Mercados nacionais. Por outro lado, ao reconhecer aí um momento heróico do capitalismo, Weber antecipa ou permite a hipótese sobre a existência de outros momentos menos dramáticos da história das sociedades capitalistas, onde, talvez, não se faça tão premente a existência de uma ética guerreira. O próprio Weber nos dirá que "o capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo (religioso)"

** Todas as citações de Weber foram extraídas de: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Ed. Livraria Pioneira, São Paulo, 1985, 4ª edição.

(Idem, p.131), como é o caso dos Estados Unidos da América, onde “a procura da riqueza, despida de sua roupagem ético-religiosa, tenda cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que freqüentemente lhe dão o caráter de esporte” (Idem, p.131).

Implicitamente, Weber reconhece a existência de diferentes exigências éticas no tempo e no espaço. Ainda mais, sugere a possibilidade de um deslocamento entre a ética individual e a ética coletiva, terreno sobre o qual não avança, apesar de reconhecer sua imprescindibilidade, quando recomenda ao final de sua obra que “a tarefa subsequente seria a de apontar para o significado do racionalismo ascético, no que se refere ao conteúdo da ética sociopolítica, ou seja, para o tipo de organização e de funções das comunidades sociais, do conventículo ao Estado” (Idem, p.132).

Tendo em conta as observações de Weber, e outras tantas que a história lhe somou, parece-nos possível associar as várias éticas assentadas na idéia do autocontrole — as “éticas guerreiras” — aos momentos “heróicos” de constituição dos Estados e dos mercados nacionais. cremos, ainda mais, que seja possível estender essa mesma exigência para todos os momentos de crise, catástrofes ou grandes arrancadas econômicas, impulsionadas pela idéia da grandeza ou potência nacional. Nesses momentos históricos o utilitarismo ascético se transfigura ou se complementa ao nível da “polis” — “do conventículo do Estado” — em uma ética assentada no interesse comum de um projeto nacional ou imperial. Sendo que não é difícil reconhecer na história posterior a Weber vários sucessos capitalistas que fundaram o seu próprio ascetismo individual no projeto da Grande Potência, mais do que em discursos religiosos de variado matiz puritano. Mas é difícil desconhecer que estes projetos foram tão mais consistentes quanto mais casados e respaldados estiveram por religiões nacionais hegemônicas.

Assim o utilitarismo, implícito na lógica do mercado, pode assumir formas ascéticas associando-se ora a uma ética político-social assentada na idéia/utopia de nação — potência — em geral nos capitalismos tardios — ora a uma ética coletiva liberal-utilitária —, em particular, nos países anglo-saxões.

Sendo que, em vários casos históricos pode-se identificar, como mecanismos e instrumentos promotores do auto-controle, não só o ascetismo religioso, mas também: a repressão partidária ou estatal; a força de lideranças carismáticas; a ação implacável e

destrutiva das crises e das guerras, e paradoxalmente, a própria ação organizadora e disciplinadora dos partidos do trabalho ou reformistas querendo avançar eleitoralmente, no passado, e, ajudando a estabilizar as economias capitalistas em crise, no presente.

6. Mas Weber também temia pelo capitalismo esvaziado do ascetismo pela perda do apoio religioso. Fenômeno próprio da fase "vitoriosa" e "mecânica" do capitalismo. Neste caso, dizia, "ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento dos velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas — a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva luta de todos contra todos" (Idem p.131).

Não há evidências, contudo, de que seja o rumo inevitável das sociedades capitalistas. Seus tempos, seus projetos nacionais e suas éticas coletivas foram e são distintos, como é distinto o peso em cada uma delas do passado/presente religioso ou ideológico não-utilitário, ou, pelo menos, não-hedonista. Quando sua presença ainda é grande, elas parecem capacitar-se como mecanismos de controle e conversão periódica dos "excessos" do utilitarismo individual ou grupal.

De qualquer maneira há que reconhecer-se o fundamento dessas preocupações, sobretudo quando referidas às sociedades onde o utilitarismo fez-se hedonista no plano individual, coincidindo com a perda de força dos projetos nacionais ou coletivos como sustentáculos da idéia de interesse ou bem comum. É impensável uma ordem — qualquer ordem — ancorada apenas na somatória de mônadas individualistas, egoístas e hedonistas. Mas mesmo as sociedades movidas coletivamente por projetos liberal-utilitários têm sido capazes de corrigir esta perversão entrópica, promovendo surtos de disciplinamento e auto-controle, segmentados e setoriais como é óbvio, como aconteceu recentemente com o *revival* neoconservador anglo-saxão.

Por isso, não acreditamos no caráter catastrófico do utilitarismo para a sustentação da ordem econômica capitalista. Ela já resistiu a enormes "choques" de imoralidade utilitária e sempre foi capaz de se recompor e permanecer. E isto porque, mesmo nos espaços ocupados pelo utilitarismo sem teias, foi possível ajustar a ética individual à ética política (eliminando a visibilidade da corrupção), sempre e quando a sociedade navegou em ciclos

de continuada expansão econômica, ainda quando estes não chegassem a universalizar o acesso a todos os bens, ou mesmo apenas aos “democráticos”. Nestas, como em outras situações, o importante foi, e ainda é, manter expectativas positivas, mais do que promover a posse concreta da riqueza. Neste sentido, o que parece ser certo é que o sistema tem demonstrado uma grande dificuldade de conviver “eticamente” com a prática política, toda vez em que o “espírito do capitalismo” enfrenta-se com dificuldades na sustentação de sua utopia proprietária. O que ocorre a cada uma das suas grandes crises cíclicas, aí incluída a que estamos vivendo. Agravada esta, pela erosão incontestada e simultânea da utopia alternativa — socialista — (velha e necessária companheira de viagem?) fundada na ética do trabalho.

7. O Brasil também vive estes “ciclos de desconforto ético”. Mas, ao contrário de Wanderley Guilherme dos Santos, acreditamos que eles possuam uma enorme especificidade. Uma especificidade que atualiza, aqui sim, no Brasil, a sua principal preocupação.

Nesta direção, mas sem podermos ser exaustivos, destacaríamos como seus traços principais:

- i) a inexistência de uma hegemonia cultural religiosa indisputada, e ainda menos, de caráter puritano. O que permitiu ao utilitarismo, na forma de uma ética individual hedonista, avançar *pari passu* com a industrialização sobre um mundo sem “muralhas de contenção”;
- ii) a ausência de um projeto nacional-capitalista igualmente hegemônico, mesmo entre as classes dominantes. Este, quando se esboçou, o fez na forma de um nacionalismo populista, diametralmente anti-ascético; ou na forma de um autoritarismo tecnocrático, com escassa adesão das elites empresariais e nenhuma mobilização popular;
- iii) a ausência de partidos fortes representando o mundo do trabalho. Também aqui a contraface de lideranças carismáticas e populistas tem sido a luta de micropartidos excluídos ou clandestinos, os quais gastaram a maior parte de sua vida lutando para sobreviver como organização. Aspecto que os aproximou muito mais a uma ética da sobrevivência (ou completa falta de ética) do que de uma verdadeira ética, capaz de orientar/disciplinar (no sentido weberiano) o mundo do trabalho;

iv) na contramão de um projeto nacional, militar e tecnocrático, e à sombra de um Estado autoritário, multiplicaram-se os interesses corporativos, perfeitamente utilitários, maximizantes e egocentrados, descomprometidos de qualquer projeto coletivo que pudesse fundar a moral das elites políticas, e mesmo o ascetismo exigido às massas trabalhadoras.

8. Por isso, aqui mais do que alhures, o utilitarismo, descomprometido de qualquer barreira religiosa ou ideológica mais sólida, avançou de forma absolutamente predatória sobre o poder do Estado, sem gerar até o momento um projeto consensual e laico, ainda que de raízes utilitárias, capaz de idealizar o “bem comum” dos vários grupos, justificando os auto-controles e abdições necessárias.

Neste ponto reside a gravidade do caso brasileiro. Ela não está na dimensão nem no número de escândalos e imoralidades denunciadas pela imprensa. Não são originais em nossa história, nem tampouco em outras sociedades. Ela está, isto sim, no enraizamento histórico-cultural desta “falta de ética” e na conseqüente dificuldade de superá-la.

Por isto, em nossa hipótese, a soma de um hedonismo coletivo “desregulado” com um utilitarismo corporativo predatório, deverá manter-nos, ainda por algum tempo, com o desconforto de uma vida privada e pública desprovida de uma ética coerente ou minimamente consistente. E isto enquanto a sociedade brasileira não dispuser de um projeto coletivo capaz de fundar uma ética que limite ou esconda os abusos públicos e privados, promovidos pela lógica explosiva do utilitarismo sem religião. Princípios imperativos que obrigaram moralmente indivíduos e grupos a “manter a aparência, ao menos, de escrupulosidade”.

9. Neste contexto, fica difícil acreditar na eficácia virtual de qualquer esforço pedagógico que vise disseminar uma ética guerreira ou ascética. Nossa industrialização, extremamente tardia, deu-se já num mundo marcado pelo consumo de massas, não escudando-se em nenhum projeto imperial. Por onde compreende-se que a mobilização da sociedade tenha sido feita quase sempre em nome da maximização da riqueza e do consumo. Quando a autocontenção não foi lograda apenas pela força, a utopia coletiva foi o próprio hedonismo. Nesta perspectiva parece difícil acreditar na possibilidade de nascimento gradual de uma nova ética coletiva, induzida — na ausência de partidos sólidos — a partir de várias vontades lo-

cais, populares ou empresariais, agregadas segundo o mito do pluralismo liberal.

Este egoutilitarismo massivo e precoce, popular e das elites, deixa pouca margem para qualquer utopia que não seja a maximização das vantagens individuais e privadas, ainda quando no manejo de funções e recursos públicos. Numa sociedade capitalista como essa, o mais provável é que a autocontenção se imponha sempre pela via do autoritarismo ou da catástrofe, surgida na forma de crises econômicas profundas. Longe destas alternativas, a possibilidade de uma ordem ainda que instável requer resultados e se assentará única e pragmaticamente na ética da eficiência. Há que crescer continuamente para manter viva a expectativa popular do acesso aos bens e estabilizar as expectativas das elites empresariais com relação a seus lucros, diminuindo, com isto, a visibilidade e a pressão sobre as elites políticas.

Se nada disso acontecer, aí sim, mais do que alhures, parecem caber as preocupações de Wanderley Guilherme dos Santos sobre a incompatibilidade da ordem capitalista com uma ética hedonista no Brasil, “desregulada” e massificada.

10. Em síntese, se o capitalismo expandiu-se sustentado em uma lógica utilitária de mercado, o fez regulando este utilitarismo através de vários meios, mas, sobretudo, reenquadrando-o através de projetos coletivos capazes de fundar o consenso necessário a qualquer ética política. Normalmente, o ascetismo religioso, por um lado, e o nacionalismo, pelo outro, cumpriram à perfeição estes papéis no desenvolvimento dos capitalismos tardios. No caso brasileiro, a ausência destas duas matrizes institucionais e ideológicas criam um vazio ético, preenchido permanentemente pelas idéias de eficiência e autoridade, substanciadas no objetivo e na inevitabilidade do crescimento econômico permanente e ininterrupto.

Na ausência de crescimento e na impossibilidade transitória de diminuir autoritariamente a visibilidade do mundo das decisões políticas, magnificam-se os aspectos “pouco éticos” do comportamento de certos setores da elite política, alimentando os meios de comunicação e indignando a opinião pública.

Assim mesmo, e ainda que seja penoso reconhecê-lo, acreditamos que esta “indignação ética” da população brasileira esteja apenas substituindo, hoje e temporariamente, seu anseio de eficiência e sua necessidade de uma autoridade que reassegure

suas expectativas de vantagens imediatas e individuais. E o que é, talvez, pior: como a eficiência depende de fatores que escapam ao controle governamental; como ela tampouco, e por isso mesmo, consegue substituir permanentemente o imperativo de objetivos comuns — o mais provável é que esta indignação se transforme em desejo puro e simples de um novo sistema de poder que restaure a ordem em nome de uma disciplina alheia a qualquer transcendência ética.

SÍNTESE NOVA FASE
48(1990): 63-72

Endereço do autor:
Av. Almirante Álvaro Alberto, 210/904
22610 — Rio de Janeiro — RJ